

PROPOSTA DE ATA N.º 18/2014 - REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2014. -----

Aos dez dias do mês de outubro de dois mil e catorze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, em sessão ordinária, no Auditório do Edifício dos Paços do Município, sob a Presidência de Mário Fernando Atracado Pereira (CDU-PCP/PEV) e onde compareceram os senhores Vereadores: João Pedro Costa Arraiolos, Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar (PS), Francisco José Saturnino Cunha (Todos Por Alpiarça-PPD/PSD-MPT) e Carlos Pereira (CDU-PCP/PEV), que chegou cerca das dezasseis horas e vinte minutos. -- Estiveram ainda presentes no apoio à reunião: Maria do Céu Augusto, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, em Regime de Substituição e José Manuel Vaz Portugal de Sousa, Técnico Superior (Eng.º Civil). -----

Verificando-se quórum, o sr. Presidente cumprimentou todos os presentes e declarou aberta a reunião, eram quinze horas e quinze minutos, após o que deu início à apreciação dos seguintes assuntos: -----

MOVIMENTO DE FUNDOS -----

Foi apresentado o Resumo Diário de Tesouraria de 09 de outubro de 2014, que apresentava um total de disponibilidades de € 142.426,83. -----

Os pontos que constituem a **ORDEM DO DIA** da presente reunião são os seguintes: ----

Ponto 1 - Requerimento apresentado pelo Sr. Eduardo Jorge, a expor a sua indignação ao Sr. Secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social, Agostinho Branquinho, sobre o direito a uma vida independente e o movimento (d)Eficientes Indignados. Para conhecimento. -----

Ponto 2 - Relação de todas as adjudicações efetuadas ao abrigo do parecer genérico de 25/10/2013 – Período de 01/09/2014 a 30/09/2014. Informação n.º 7/2014, Secção Compras. Para conhecimento. -----

Ponto 3 - Ata da reunião da comissão de abertura propostas, referente ao edital n.º 36/2014 - Hasta publica para ocupação loja n.º 6 Mercado Municipal de Alpiarça. Informação n.º 35/2014 – Gabinete Jurídico. Para conhecimento. -----

Ponto 4 – Proposta do Sr. Presidente da Câmara de Autorização para a adjudicação por

ajuste direto do direito de ocupação da loja n.º 6 do Mercado Municipal de Alpiarça.
Para deliberação. -----

Ponto 5 - Ata de Abertura das propostas da Hasta Pública para venda de Bens Imóveis do domínio privado do Município – Garagem sita na Av.ª Casa do Povo – Alpiarça (edital 35/2014). Informação n.º 40/2014 – Gabinete Jurídico. Para deliberação. -----

Ponto 6 - Ata da reunião da Comissão de Análise de Propostas, referente ao edital n.º 39/2014 - Hasta Pública para a Venda do Direito de Replantação da Vinha. Informação n.º 42/2014 – Gabinete Jurídico. Para conhecimento. -----

Ponto 7 - Ata da reunião da Comissão de Análise de Propostas, referente ao edital n.º 40/2014 - Hasta Pública para a Venda do Direito de Replantação da Vinha. Informação n.º 43/2014 – Gabinete Jurídico. Para conhecimento. -----

Ponto 8 - Ata da reunião da Comissão de Análise de Propostas, referente ao edital n.º 41/2014 - Hasta Pública para a Venda do Direito de Replantação da Vinha. Informação n.º 44/2014 – Gabinete Jurídico. Para conhecimento. -----

Ponto 9 - Pedido de libertação de caução referente à Empreitada de “Construção do Centro Escolar de Alpiarça” no valor de 6.455,25€, de acordo com o n.º 2 do art.º 3 do Dec.-Lei n.º 190/2012. Requerente: J.M.S.F. - Construção Civil e Obras Públicas. Para deliberação. -----

Ponto 10 - Pedido de libertação de caução referente à Empreitada de “Centro Escolar de Alpiarça – Arranjos Exteriores” no valor de 1.281,21€, de acordo com o n.º 2 do art.º 3 do Dec.-Lei n.º 190/2012. Requerente: J.M.S.F. - Construção Civil e Obras Públicas. Para deliberação. -----

Ponto 11 - Licença especial de ruído, para um evento de Karaoke, no Café Diana, na Rua Principal n.º 25, em Frade de Baixo, que se realizou nos dias 19 e 20 de Setembro, no período compreendido das 20h às 02h. Requerente: Marisa Isabel Graça Costa. Para ratificação. -----

Ponto 12 - Licença especial de ruído, para um evento de Karaoke, na esplanada do Café Diana, na Rua Principal n.º 25, em Frade de Baixo, a realizar nos dias 11 e 12 de Outubro, no período compreendido das 20h às 02h. Requerente: Marisa Isabel Graça

Costa. Para Ratificação. -----

Ponto 13 - Licença especial de ruído, para um evento de Karaoke na Rua Silvestre Bernardo Lima, n.º 210, a realizar nos dias 11 e 12 de Outubro, no período compreendido das 22h às 02h. Requerente: Maria dos Prazeres Fitas. Para ratificação. -

Ponto 14 - Proposta de deliberação apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara de aprovação do Regimento da Câmara Municipal de Alpiarça. Para deliberação. -----

ADENDA À ORDEM DO DIA -----

Ponto 1 - Orçamento, Plano Plurianual de Atividades, Plano Plurianual de Investimentos e Tarifário para 2015, da AR-Águas do Ribatejo,EM,S.A. Para deliberação.

ATAS. -----

O sr. Presidente pôs a ata n.º 8/2014, de 16 de Abril de 2014 à discussão. Começou por usar da palavra o sr. Vereador Pedro Gaspar, afirmando que não se pronunciaria sobre a mesma em virtude de ter estado ausente nessa reunião por motivo de doença. O sr. Vereador Francisco Cunha em relação às atas disse que estamos em outubro e estas atas são de abril, havendo cerca de dez atas em atraso e não faz sentido em outubro estarmos a discutir o que se passou em abril e não irá votar favoravelmente qualquer ata desde que o atraso não seja apenas de duas ou três atas. O sr. Presidente afirmou que já foi explicado aqui mais do que uma vez o motivo do atraso verificado nas atas e que não há perda de eficácia nas deliberações, dado que as atas das reuniões de câmara estão aprovadas em minuta e que além disso os vídeos das reuniões de câmara são públicos. Dada a informação pôs a ata à votação tendo sido aprovada por maioria com a abstenção do sr. Vereador Gaspar e o voto contra do sr. Vereador Francisco Cunha, que fez declaração de voto afirmando que "votei contra porque não acho admissível que as atas venham à discussão seis meses depois das reuniões". -----

O sr. Presidente pôs a ata n.º 9/2014 de 7 de Maio de 2014 à discussão. O sr. Vereador Pedro Gaspar, afirmou que na verdade é-lhe difícil pronunciar-se sobre atas que descrevem factos passados há seis meses, apesar das reuniões de câmara estarem disponibilizados em vídeo, não é aceitável ter de visionar quatro horas de vídeo para poder discutir uma ata, apesar do Sr. Presidente já se ter comprometido a recuperar

este tempo perdido, certo é que como o sr. Presidente também já informou, continua a ser um único funcionário que acumula outras funções no Gabinete de Comunicação com a redação das atas da câmara e assembleia municipais, o que leva a crer que o atraso se vai manter, enquanto o sr. Presidente entender não cumprir o que estipula a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, ou seja nomear os funcionários que redigirão as atas e quem os substitui no caso de férias, faltas ou impedimentos. Posta a ata à votação foi aprovada por maioria com o voto de qualidade do sr. Presidente da Câmara e com os votos contra dos senhores vereadores Pedro Gaspar e Francisco Cunha. O sr. Vereador Pedro Gaspar fez declaração de voto de vencido dizendo que "o vota contra que aqui manifestou não tem a ver com a sua desvinculação das deliberações contidas na minuta da ata que aqui aprovou, mas de se desvincular do global da ata por não ser admissível o prazo decorrido entre a reunião e a apresentação da ata da mesma". O sr. Vereador Francisco Cunha, em declaração de voto disse "votou contra porque não acho admissível que as atas venham à discussão seis meses depois da realização das reuniões e não me quero vincular a estas situações". -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O sr. Presidente deu início a este período informando que iria dar dez minutos a cada vereador para intervir num primeiro período e depois concederia um segundo período de réplica de cerca de mais dez minutos. O sr. Vereador Francisco Cunha disse que não estava de acordo com esta limitação de tempo de intervenção aos vereadores, porque algumas reuniões de câmara não estão a ser feitas quinzenalmente, de acordo com o que estipula a Lei, e assim os vereadores da oposição ficam prejudicados no seu tempo para usarem da palavra, ao que o sr. Presidente contrapôs que as reuniões de câmara estão a ser feitas nos mesmos moldes que são desde há muitos anos. -----

----- Começou por usar da palavra o sr. Vereador Pedro Gaspar que perguntou o que é que a câmara estava a fazer para obviar a focos localizados de infestação de ratos. Perguntou para onde estavam a ser levados os peixes mortos que têm estado a ser retirados da barragem dos Patudos. Disse saber que no dia 1 de outubro de tarde a

câmara cedeu as canoas à escola EB2,3 para que os alunos fizessem canoagem na barragem e perguntou se a escola estava avisada dos problemas da água e se tinham sido tomadas providências para acautelar algum acidente. Solicitou o relatório de contas da Alpiagra, assim como os contratos celebrados, para se ter uma ideia das despesas e receitas da feira. Solicitou que lhe fossem facultados os relatórios dos subsídios concedidos, até à data, às associações e coletividades da terra. Solicitou a documentação que já havia pedido para análise da dívida de cerca de 138.000 € que supostamente a câmara de Alpiarça tem perante a Fundação José Relvas. O vereador finalizou a sua intervenção, afirmando que tem havido uma degradação institucional entre si enquanto vereador do PS e as pessoas do gabinete de apoio ao sr. Presidente, dando como exemplo a alteração de uma data de uma reunião de câmara, em que ele, enquanto vereador, não teria dado a certeza se poderia ou não estar presente, embora o sr. Presidente tenha poderes para marcar ou desmarcar reuniões, mas poderia ao menos ter havido a delicadeza de um telefonema e não o envio de um e-mail a mudar a data da reunião, sem ter havido antes uma confirmação da sua parte. -----

----- O sr. Vereador Francisco Cunha começou por abordar em primeiro lugar a questão das alterações às datas das reuniões de câmara, dizendo que até aqui não lhe causaram qualquer estorvo, mas que tal como o sr. Vereador Gaspar também não gostou da forma como foi alterada a reunião de câmara, e que já solicitou que a partir de agora e até ao final do ano fosse feito o possível para não se alterarem as datas já previamente calendarizadas. Em segundo lugar lembrou que se está a chegar a um ano de mandato, e procurou fazer um resumo sobre a atividade do Executivo, começando por afirmar que não se decidiu nada por assuntos estruturantes que visem o desenvolvimento e a criação de postos de trabalho, considerou que não há respeito nem há tratamento democrático pela oposição, que se esconde e omite documentação e informação à oposição, dando como exemplo requerimentos que entregou há um ano e até hoje não obtiveram algumas informações, propostas que entregou e que não foram agendadas, promessas eleitorais que não são cumpridas. De seguida entregou uma declaração de voto escrita sobre a cessão da posição contratual do parque de

campismo, de um ponto que veio à reunião de câmara anterior, que passou a ler e com o seguinte teor "Em primeiro lugar pretendo condenar de forma veemente a atitude anti-democrática e prepotente do sr. Presidente ao impedir-me de fazer a declaração de voto na altura própria e após a discussão do assunto. Em relação à matéria discutida neste ponto quero reafirmar conforme foi claramente demonstrado durante a discussão do mesmo que além de todo este processo parecer ser ilegal, não posso deixar de realçar que o sr. Presidente assumiu claramente que tinha conhecimento da situação e que assumia pessoalmente o que pudesse advir da decisão de aprovar o requerimento pretendido pela concessionária, quero por isso que fique registado em ata a minha posição de voto contra e o voto favorável do sr. Presidente após ter sido alertado para todos os potenciais riscos e prejuízos que poderão advir para o erário público e particularmente para a câmara municipal, assumiu uma intencional posição pessoal contra o bom senso que a situação requeria. Assim sendo quero que fique registado que todo e qualquer prejuízo futuro referente ao Parque Municipal de Campismo de Alpiarça deverá ser imputado pessoalmente ao sr. Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, Mário Fernando Atracado Pereira, e deverá ser o próprio a assumir pessoalmente o prejuízo que o município eventualmente possa vir a ter, tendo inclusivamente consciência que neste momento o incumprimento já supera o dobro das garantias prestadas". Depois o vereador protestou contra o facto de ter sido convidado para as comemorações do 5 de outubro, mesmo em cima da hora e que só tomou conhecimento do convite depois de ocorridas as comemorações. De seguida entregou um requerimento sobre o Estatuto do Direito de Oposição solicitando que a correspondência lhe seja diretamente enviada para a morada e contactos por si indicados no início do mandato e lembrando as propostas por si entregues logo na segunda reunião de câmara e outras durante o decurso do mandato e que continuam por agendar nas reuniões de câmara. Neste momento o sr. Presidente informou que o sr. Vereador já excedia o tempo concedido, ao que este respondeu que iria tentar ser breve, mas que tinha alguns assuntos ainda por apresentar por se ter saltado a realização de uma reunião de câmara. O sr. Vereador Francisco Cunha de seguida

solicitou a apresentação factual das causas e da situação da solução da morte dos peixes na barragem e a estimativa dos valores previsto para a resolução do problema. Questionou também se foram feitas análises aos peixes e aves que apareceram mortas na barragem. Lembrou que há vários meses fez um pedido sobre apoio judicial e que até à data não obteve resposta. Em relação ao requerimento do desaparecimento de propriedades dos Legados disse que ainda não obteve resposta a esse requerimento. Perguntou para quando estava previsto um plano de ação para a recuperação das fachadas das casas da rua principal de Alpiarça, que considerou como uma das ruas com mais casas em ruínas. Chamou a atenção para a falta de placa toponímica da rua Alfredo Lima, considerado um mártir do antigo regime por ter sido morto pela GNR na praça de jornas. Perguntou pelo ponto de situação sobre a reclamação de alguns munícipes durante a realização da última assembleia municipal. Perguntou também pelo ponto de situação sobre as bicicletas para a GNR. Congratulou-se por já termos varredora e ter sido feita a sua reparação. Questionou o sr. Presidente pelo facto dos Bombeiros de Alpiarça não estarem a fazer os transportes de doentes para Lisboa. Terminou falando sobre a isenção de Derrama, para dizer que desde que a CDU está no poder nos últimos anos, só a Farmácia Cotrim beneficiou dessa isenção. -----

----- O sr. Presidente começou por responder às questões colocadas pelo sr. Vereador Pedro Gaspar, dizendo que não tem conhecimento de focos de infestação de ratos de que falou, mas que a câmara tem contratos com empresas de desinfestação e que esse trabalho é feito com regularidade e acompanhado pelos nossos serviços. Disse desconhecer para onde são recolhidos os peixes mortos retirados da barragem. Quanto às canoas informou que a câmara tem colaborado com o agrupamento de Escolas ao nível do desporto escolar e também com o antigo Liceu Nacional Sá da Bandeira. Quanto à condição das águas disse que não ia adiantar mais do que aquilo que tem sido informado não só nas reuniões de câmara, bem como na última assembleia municipal. Quanto ao Relatório de Contas da Alpiagra, informou que já há o levantamento das receitas e das despesas do certame, tendo-se conseguido fazer uma Alpiagra abaixo dos cinquenta mil euros, dada a grande e assumida necessidade de

limitação de custos. Relativamente à Fundação Relvas e aos Legados, informou que já está na posse dos senhores vereadores, um relatório elaborado por um grupo de trabalho criado no âmbito da Assembleia dos 40 maiores contribuintes, que aponta um conjunto de propostas ao Conselho de Administração, para que o mesmo aja junto da câmara municipal, não tendo ainda havido da parte deste Conselho qualquer ultimato à câmara sobre o valor das transferências eventualmente em dívida. O sr. Presidente adiantou ainda que já aqui foi informado que um dos prédios dos legados, sito na Av.^a de Berna necessita de obras avaliadas em cerca de 400.000 euros, o que provoca uma série de entraves a que a câmara transfira verbas para a Fundação Relvas, e tenha de constituir provisões e há toda a disponibilidade da parte da câmara, para que se encontre um caminho, para que futuramente se consigam transferir algumas verbas para a Fundação Relvas. Quanto às relações entre os vários elementos do Executivo, o sr. Presidente afirmou que da sua parte sempre houve a maior abertura, para criar um bom relacionamento com a oposição, embora reconheça que o cenário em que se têm enquadrado estas reuniões, no atual mandato, não é o mais propício para isso. -----

----- Quanto às questões colocadas pelo sr. Vereador Francisco Cunha o sr. Presidente começou por informar que relativamente à alteração das datas das reuniões da câmara municipal, elas se realizam desde há muitos anos, duas vezes por mês, tendo havido um pré-agendamento no início do ano, que naturalmente pode sofrer eventualmente alguma alteração e que é uma prerrogativa do Presidente da Câmara. --

----- Neste momento quando decorria uma hora e cinco minutos de reunião, cerca das dezasseis horas e vinte minutos, deu-se a chegada do sr. Vereador Carlos Pereira, tendo-se ausentado da sala o sr. Vereador Pedro Gaspar durante alguns minutos. -----

----- O sr. Presidente continuou no uso da palavra dizendo que o sr. Vereador Francisco Cunha fez um conjunto de considerações às quais não vai responder porque já foram objeto de informação em várias reuniões. Quando à declaração de voto relativa a um dos pontos da última reunião de câmara, disse que na altura o sr. Vereador Pedro Gaspar fez declaração de voto, o sr. Vereador Francisco Cunha prescindiu de o fazer, o sr. Presidente fez a sua declaração de voto a seguir e quando o

sr. Vereador Francisco Cunha a quis fazer a seguir ao Presidente da câmara, este não o autorizou, porque aqui e em qualquer outro lado são os presidentes que conduzem as reuniões e têm sempre a prerrogativa de falarem em último lugar, coisa que o sr. Vereador Francisco Cunha pretendia fazer, daí que não tenha sido autorizado. Quanto ao convite para o 5 de Outubro assume que o convite saiu tarde e penitencia-se por isso, mas saiu para toda a gente, que o sr. Vereador Pedro Gaspar esteve presente e estiveram presentes pessoas pertencentes à força pela qual o sr. Vereador Francisco Cunha foi eleito. Sobre o Estatuto do Direito de Oposição, o sr. Presidente referiu que o mesmo diz claramente que o convite para remeterem propostas para o Orçamento e GOP's deve ser enviado aos partidos e tem sido sempre isso que foi feito. Disse ter registado a chamada de atenção relativamente à barragem dos patudos, no sentido de tentar trazer isso à próxima reunião de câmara. Quanto ao pedido de apoio judicial o sr. Presidente disse que ainda irá responder. Quando aos legados disse que não há desaparecimento de propriedades e que nunca disse que ia apresentar os elementos sobre os mesmos no dia a seguir mas sim que ia ser feito um estudo sério sobre os Legados que seria apresentado quando estivesse pronto. Disse que quanto à toponímia, registou a falta da placa da rua Alfredo Lima e que ela resultou da demolição de um edifício ao início da rua, mas que há que arranjar forma de a voltar a colocar. Sobre a reclamação dos munícipes que vieram à última Assembleia Municipal o sr. Presidente disse que o assunto foi explicado, que os munícipes estavam na posse de toda a informação e que tem a ver com um munícipe que tinha cortado um caminho municipal há vários anos, era um processo que se arrastava, que nunca foi resolvido nos executivos PS porque se considerava que era um problema entre vizinhos, mas que agora o Executivo de maioria CDU, considerou que era um caminho público e avançou para Tribunal contra o munícipe que tinha vedado o caminho, tendo-se chegado a um acordo com o munícipe, em que o mesmo desimpediria o caminho desde que a câmara pusesse alcatrão no caminho e cumprisse o que lhe tinha sido prometido por um vereador na altura da maioria PS. E logo que possível o Executivo vai cumprir o que foi acordado. Quanto às bicicletas para a GNR disse que ainda não foi

marcada a reunião mas sê-lo-á rapidamente. Sobre o transporte de doentes para Lisboa informou que houve um problema com uma ambulância e carências de pessoal, mas que o problema está em vias de resolução. O sr. Presidente deu então mais uns minutos para que os senhores vereadores pudessem colocar mais algumas dúvidas. ----

----- O sr. Vereador Pedro Gaspar disse ter registado que o sr. Vereador Carlos Pereira irá trazer em breve para conhecimento da vereação um relatório detalhado sobre tudo o que se fez para tentar resolver os problemas das águas da barragem e da mortandade dos peixes, as soluções possíveis e a estimativa de custos. Neste momento o sr. Presidente interrompeu para dizer que irá ser agendada para breve uma reunião com o sr. Secretário de Estado do Ambiente, também para se tratar deste assunto. O sr. Vereador Gaspar pediu que o sr. Presidente dissesse qual foi o vereador do PS que teria feito uma promessa ao município, para que este desimpedisse um caminho municipal. -

----- O sr. Vereador Francisco Cunha relativamente aos Legados, referiu que nos últimos quarenta anos os Legados foram geridos pela CDU e pelo PS e lançou o repto para que se apurasse quais as verbas que foram transferidas para a Fundação Relvas durante essas quatro décadas, com referência aos anos e às verbas transferidas. Relativamente ao que o sr. Presidente disse sobre o relatório dos Legados que foi elaborado e aprovado no seio da assembleia dos 40 maiores contribuintes, o sr. Vereador Francisco Cunha opinou que o Conselho de Administração apenas teria de comunicar esse relatório à Assembleia Municipal que é um órgão hierarquicamente superior ao Conselho de Administração da Fundação. Relativamente às declarações de voto, o sr. Vereador Francisco Cunha opinou que já evocou várias vezes o artigo 58.º da lei 75/2013, considerando que apenas há registo de declaração de voto de vencido, porque se pressupõe que quem vota a favor está de acordo com a proposta apresentada, não tendo por isso de fazer declaração de voto. O vereador opinou ainda que o sr. Presidente como faz as suas declarações de voto sempre em último lugar, limita-se a fazer considerações sobre as declarações de votos de vencido que os outros vereadores da oposição fazem. Sobre o acordo feito com o município que vedou um caminho municipal, o vereador disse esperar que o Executivo cumpra o acordo em

tempo útil, porque de outro modo não fez sentido ter chegado a um acordo para depois ficar tudo na mesma. Relativamente ao não transporte de doentes para Lisboa, o vereador opinou que o Executivo CDU está a fazer o mesmo que tanto criticou ao Executivo PS, quando estava na oposição. Relativamente ao documento que aborda uma suposta dívida de 138.000 €, o sr. Vereador Francisco Cunha opinou que se refere apenas ao Legado Manuel Nunes Ferreira, porque quando se avaliar toda a dívida da câmara de todos os legados, a dívida deverá atingir as centenas de milhares de euros. O vereador opinou ainda que contrariamente ao que a maioria CDU defende, o testamento de José Relvas é muito claro quando diz que os rendimentos das propriedades deverão ter como principal objetivo uma obra assistencial para velhos inválidos e crianças desamparadas, ao que o sr. Presidente contrapôs que isso é apenas o que diz uma parte do testamento, porque José Relvas deixou bem clara a sua grande preocupação com a manutenção da sua residência, a qual seria suportada com os rendimentos das suas propriedades, depois finalizou este período respondendo às últimas questões levantadas pelos senhores vereadores. -----

----- O sr. Presidente começou por dizer que o sr. Vereador Carlos Pereira irá com certeza mandar elaborar o tal relatório detalhado sobre tudo o que se fez para tentar resolver os problemas das águas da barragem e da mortandade dos peixes e as soluções possíveis, voltando a informar que se espera para breve a reunião com o sr. Secretário de Estado do Ambiente, que estará a reunir os elementos necessários. Frisou que não vai aqui informar o nome do vereador citado pelo município que vedou o caminho municipal, porque também não sabe se o que o município disse corresponde ou não à verdade. Relativamente ao relatório que apontará para uma eventual dívida da Câmara Municipal à Fundação Relvas, disse que o que consta do documento é um mandato para que o Conselho de Administração diligencie junto da Câmara nessa matéria e já têm decorrido reuniões nesse sentido. Quanto à interpretação do testamento de José Relvas feita pelo sr. Vereador Cunha em que defende que “o testamento de José Relvas é muito claro quando diz que os rendimentos das propriedades deverão ter como principal objetivo uma obra assistencial para velhos

inválidos e crianças desamparadas”, o sr. Presidente perguntou, nesse caso, com que dinheiro se faria a manutenção e as obras necessárias para manter a antiga residência de José Relvas e manter o acervo contido dentro da mesma. Quanto à situação atual do não transporte de doentes para Lisboa, defendeu que a situação no tempo do mandato do Presidente Rosa do Céu, era diferente, porque foi uma opção deliberada, provavelmente ditada também pelos mesmos motivos, de carência de pessoal e de viaturas, mas que presentemente a CDU pretende manter o transporte de doentes para Lisboa e não vai abdicar de efetuar esse serviço, enquanto lhe for possível. O sr. Presidente deu por terminado este período e concedeu um curto intervalo, quando decorria uma hora e quarenta e oito minutos de reunião, pelas dezassete horas e três minutos, tendo-se entrado no Período da Ordem do Dia, dez minutos após o intervalo.

ORDEM DO DIA: -----

Ponto 1 - Requerimento apresentado pelo Sr. Eduardo Jorge, a expor a sua indignação ao Sr. Secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social, Agostinho Branquinho, sobre o direito a uma vida independente e o movimento (d)Eficientes Indignados. Para conhecimento. -----

----- O sr. Presidente deu conhecimento aos membros do executivo deste requerimento que foi entregue por mão nesta câmara, por este cidadão tetraplégico. --

Ponto 2 - Relação de todas as adjudicações efetuadas ao abrigo do parecer genérico de 25/10/2013 – Período de 01/09/2014 a 30/09/2014. Informação n.º 7/2014, Secção Compras. Para conhecimento. -----

----- O sr. Presidente deu conhecimento desta relação e perguntou se algum dos senhores vereadores queria intervir. O sr. Vereador Francisco Cunha referindo-se às despesas com a Alpiagra, perguntou qual o valor do “cachet” pago ao artista Melão, e qual razão da diferença de “cachets” entre os espetáculos de dois fadistas de Alpiarça. O sr. Vereador Pedro Gaspar também colocou uma dúvida sobre uma despesa com certificação energética de uma habitação. O sr. Vereador Carlos Pereira explicou que o valor que aparece na lista e pago aos artistas António Figueiredo e Casimira Alves foi o valor que foi acordado com os mesmos e que terão valores de mercado diferentes,

quanto ao valor pago ao artista Melão, informou que virá na listagem da despesa total com a Alpiagra deste ano. O sr. Vereador João Arraiolos informou que se trata de uma certificação energética de uma habitação do município que se pretende alienar em hasta pública. -----

Ponto 3 - Ata da reunião da comissão de abertura propostas, referente ao edital n.º 36/2014 - Hasta publica para ocupação loja n.º 6 Mercado Municipal de Alpiarça. Informação n.º 35/2014 – Gabinete Jurídico. Para conhecimento. -----

----- O sr. Presidente deu conhecimento da ata a todo o Executivo. -----

Ponto 4 – Proposta do Sr. Presidente da Câmara de Autorização para a adjudicação por ajuste direto do direito de ocupação da loja n.º 6 do Mercado Municipal de Alpiarça. Para deliberação. -----

----- O sr. Presidente fez a apresentação da proposta. O sr. Vereador Pedro Gaspar congratulou-se com o facto de ainda haver empresários com coragem de investir no Mercado de Alpiarça, apesar de todos os constrangimentos económicos e apelou a que a autarquia estimule de forma positiva os empresários a investir em Alpiarça. Posto o ponto à votação, foi o mesmo aprovado por maioria com a abstenção do sr. Vereador Pedro Gaspar. -----

Ponto 5 - Ata de Abertura das propostas da Hasta Pública para venda de Bens Imóveis do domínio privado do Município – Garagem sita na Av.ª Casa do Povo – Alpiarça (edital 35/2014). Informação n.º 40/2014 – Gabinete Jurídico. Para deliberação. -----

----- O sr. Presidente fez a apresentação deste ponto dizendo que havia um único interessado que é o senhor Paulo Jorge Raposo Cortimpau, que se propõe fazer a adjudicação de uma garagem sita na avenida da Casa do Povo de Alpiarça pelo valor de 6.000 euros, sendo que o valor base era de 4.800 euros. O sr. Vereador Pedro Gaspar lamentou que na era atual tenha sido passada uma declaração manual, sobre o facto do requerente ter pago a 1.ª prestação de 600 euros, referente a esta adjudicação. A sr.ª Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Dr.ª Maria do Céu Augusto, explicou que o requerente pagou essa importância numa manhã em que estávamos sem computadores, porque o equipamento estava em atualização e que depois à tarde foi

passada a guia de pagamento, que foi entregue ao munícipe. O sr. Vereador Francisco Cunha disse que a declaração da Segurança Social que está anexa ao processo não é válida, porque falta um visto. O sr. Presidente disse desconhecer essa situação e que teria de averiguar porque é que os serviços recebem declarações que não são válidas. O sr. Vereador Francisco Cunha explicou que aquela declaração foi obtida pelo munícipe no Portal da Segurança Social, mas que depois a declaração tem de ser validada com um visto, para confirmar a assinatura, situação que o munícipe pode desconhecer, mas os serviços municipais não. O sr. Presidente pôs o ponto à votação com a condição do munícipe entregar a declaração da Segurança Social devidamente autenticada, no mais curto prazo possível. O ponto foi aprovado por maioria com a abstenção dos senhores vereadores Pedro Gaspar e Francisco Cunha. -----

Ponto 6 - Ata da reunião da Comissão de Análise de Propostas, referente ao edital n.º 39/2014 - Hasta Pública para a Venda do Direito de Replantação da Vinha. Informação n.º 42/2014 – Gabinete Jurídico. Para conhecimento. -----

----- O sr. Presidente fez a apresentação deste ponto dizendo, que tanto este como os pontos sete e oito, vêm apenas para conhecimento e têm a ver com aquelas hastas públicas que foram aqui aprovadas pelo Executivo, e que tinham a ver com a venda dos direitos de replantação de vinha, e qualquer uma delas ficou sem efeito porque não houve a apresentação de propostas que fossem ao encontro do valor base proposto pela Câmara Municipal. O sr. Vereador Francisco Cunha disse que na reunião de câmara onde estes valores foram propostos, alertou logo que os valores eram muito elevados e que por esse valor ninguém comprava e se a câmara quiser vender tem de baixar para os valores de mercado. O sr. Presidente respondeu que o Executivo tem de voltar a analisar este assunto, baixando eventualmente os valores pedidos. O sr. Vereador Pedro Gaspar concordou com a proposta do sr. Presidente, sugerindo que se possível fosse alargada a base de divulgação destas hastas públicas para que efetivamente pudessem aparecer mais interessados. O sr. Vereador João Arraiolos opinou que é natural que numa primeira abordagem a câmara tentasse vender por um valor mais elevado, o que não impede que ao fazerem novas hastas públicas se possam baixar os

valores, para que se possam captar eventuais interessados em valores mais baixos. O sr. Presidente considerou como tendo sido dado conhecimento a todo o Executivo, tanto deste ponto seis, como dos pontos sete e oito, porque são idênticos. -----

Ponto 7 - Ata da reunião da Comissão de Análise de Propostas, referente ao edital n.º 40/2014 - Hasta Pública para a Venda do Direito de Replantação da Vinha. Informação n.º 43/2014 – Gabinete Jurídico. Para conhecimento. -----

----- O sr. Presidente considerou como tendo sido dado conhecimento deste ponto a todo o Executivo, em virtude do mesmo ser idêntico ao ponto seis. -----

Ponto 8 - Ata da reunião da Comissão de Análise de Propostas, referente ao edital n.º 41/2014 - Hasta Pública para a Venda do Direito de Replantação da Vinha. Informação n.º 44/2014 – Gabinete Jurídico. Para conhecimento. -----

----- O sr. Presidente considerou como tendo sido dado conhecimento deste ponto a todo o Executivo, em virtude do mesmo ser idêntico ao ponto seis. -----

Ponto 9 - Pedido de libertação de caução referente à Empreitada de “Construção do Centro Escolar de Alpiarça” no valor de 6.455,25€, de acordo com o n.º 2 do art.º 3 do Dec.-Lei n.º 190/2012. Requerente: J.M.S.F. - Construção Civil e Obras Públicas. Para deliberação. -----

----- O sr. Presidente fez a apresentação desta proposta, pedindo ao sr. Eng.º Portugal de Sousa que dê algumas explicações tanto sobre este ponto como do seguinte uma vez que são idênticos. No uso da palavra o Técnico informou que do ponto de vista técnico e legal não há qualquer impedimento de libertar estas cauções. O sr. Vereador Francisco Cunha perguntou se ainda havia mais cauções para libertar, tendo sido confirmado pelo sr. Eng.º Portugal de Sousa, que sim, tendo o sr. Vereador dito que ainda bem, porque tem ouvido dizer dizer que há coisas que estão a correr menos bem e é bom que ainda hajam garantias. O sr. Presidente disse que a maioria subscrevia também esta chamada de atenção feita pelo sr. Vereador Francisco Cunha, que aliás já tinham abordado o assunto e pediu ao Gabinete Técnico que fosse feita a avaliação de todo o edifício no sentido de salvaguardar eventuais responsabilidades do empreiteiro. Posto o ponto à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade, de

acordo com a informação técnica. -----

Ponto 10 - Pedido de libertação de caução referente à Empreitada de “Centro Escolar de Alpiarça – Arranjos Exteriores” no valor de 1.281,21€, de acordo com o n.º 2 do art.º 3 do Dec.-Lei n.º 190/2012. Requerente: J.M.S.F. - Construção Civil e Obras Públicas. Para deliberação. -----

----- O sr. Presidente pôs de imediato este ponto à votação, dado ser idêntico ao ponto antecedente, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, de acordo com a informação técnica. -----

Ponto 11 - Licença especial de ruído, para um evento de Karaoke, no Café Diana, na Rua Principal n.º 25, em Frade de Baixo, que se realizou nos dias 19 e 20 de Setembro, no período compreendido das 20h às 02h. Requerente: Marisa Isabel Graça Costa. Para ratificação. -----

----- O sr. Presidente fez a apresentação do ponto, informando que o mesmo vinha apenas para ratificação, dado já ter sido proferido despacho. Posto o ponto à votação foi o mesmo aprovado por maioria com as abstenções dos senhores vereadores Pedro Gaspar e Francisco Cunha. -----

Ponto 12 - Licença especial de ruído, para um evento de Karaoke, na esplanada do Café Diana, na Rua Principal n.º 25, em Frade de Baixo, a realizar nos dias 11 e 12 de Outubro, no período compreendido das 20h às 02h. Requerente: Marisa Isabel Graça Costa. Para Ratificação. -----

----- O sr. Presidente fez a apresentação do ponto, informando que o mesmo vinha apenas para ratificação, dado já ter sido proferido despacho. Posto o ponto à votação foi o mesmo aprovado por maioria com as abstenções dos senhores vereadores Pedro Gaspar e Francisco Cunha. -----

Ponto 13 - Licença especial de ruído, para um evento de Karaoke na Rua Silvestre Bernardo Lima, n.º 210, a realizar nos dias 11 e 12 de Outubro, no período compreendido das 22h às 02h. Requerente: Maria dos Prazeres Fitas. Para ratificação.

----- O sr. Presidente fez a apresentação do ponto, informando que o mesmo vinha apenas para ratificação, dado já ter sido proferido despacho. Posto o ponto à votação

foi o mesmo aprovado por maioria com as abstenções dos senhores vereadores Pedro Gaspar e Francisco Cunha. -----

Ponto 14 - Proposta de deliberação apresentada pelo Sr. Presidente de aprovação do Regimento da Câmara Municipal de Alpiarça. Para deliberação. -----

----- O sr. Presidente fez a apresentação do ponto, dizendo que este documento foi enviado aos senhores vereadores para análise, tendo sido solicitado que pudessem apresentar sugestões para alterações se assim o entendessem, o que não veio a acontecer. Depois de algumas trocas de impressões entre o sr. Presidente e os senhores vereadores Pedro Gaspar e Francisco Cunha, sobre a forma de discutir esta proposta e das eventuais alterações a introduzir ao documento, o sr. Presidente propôs que o ponto fosse retirado e que o documento fosse analisado numa reunião informal entre todos e quando viesse novamente a uma próxima reunião de câmara a proposta de regimento pudesse ser aprovada sem grandes dúvidas ou discussões, o que foi aceite pelos senhores vereadores. -----

ADENDA À ORDEM DO DIA -----

Ponto 1 - Orçamento, Plano Plurianual de Atividades, Plano Plurianual de Investimentos e Tarifário para 2015, da AR-Águas do Ribatejo, S.A. Para deliberação.

----- O sr. Presidente fez a apresentação do ponto, pôs o mesmo à discussão, informando que este ponto foi enviado como adenda dada a urgência na aprovação deste assunto até ao próximo dia quinze de outubro. O sr. Vereador Francisco Cunha, afirmou que esta documentação lhe foi entregue a menos de vinte e quatro horas da realização desta reunião, o que não lhe permitiu analisá-la, e pela importância que o assunto merece não participaria sequer na discussão do ponto. O sr. Vereador Pedro Gaspar afirmou também que a documentação lhe chegou tardiamente, o que não lhe permitiu analisá-la convenientemente, considerando porém que da curta análise que fez à documentação lhe parece bem melhor elaborada que a do ano passado, mas não lhe permite discutir de forma séria, nem votar em consciência. O sr. Presidente depois de ouvir as opiniões dos senhores vereadores propôs que o ponto fosse retirado e que fosse marcada uma reunião de câmara extraordinária para as dezasseis horas da

próxima segunda-feira, dia treze de outubro, sendo aceite pelos senhores vereadores. -
----- Terminada a ordem do dia e havendo público na sala o sr. Presidente passou para o **Período do Público**. -----

PERÍODO DO PÚBLICO -----

O sr. Presidente começou por dar a palavra ao munícipe Eduardo Costa que falou sobre o grave problema ecológico das águas da barragem afirmando no essencial que a sua intervenção foi motivada pelo bla bla bla denunciado no jornal O Mirante, respeitante ao debate na ultima assembleia municipal de 29 de Setembro, cujo último ponto era este assunto e que no final dessa sessão, quando procurou contribuir para o debate desse assunto, "a sua intervenção foi ridicularizada pelo sr. presidente da câmara", ao "considerá-lo jocosamente também um especialista em matéria de ambiente" e apenas ter contraposto a sua argumentação, com a "leitura de um artigo de O Público onde alguém da Agência do Ambiente afirmava que as águas da barragem eram boas, o que todos sabemos ser falso". Recordou que insistentemente o presidente afirma, como na reunião de câmara de 28 de Julho e reiteradas outras vezes, que a água da barragem não tem problemas para atividades balneárias e que ao nível das bactérias não há qualquer problema porque os valores das análises apresentam níveis muito abaixo dos máximos permitidos, "o que não é verdade de acordo com os documentos na posse da câmara", cujos valores passou a citar, chamando especial atenção para os valores do Fósforo total e da Clorofila, que a água está eutrofizada, contém ciano-bactérias toxicológicas, que podem possuir neurotoxinas que são letais, o que "constitui uma situação de saúde pública, para os pescadores que por lá continuam, ou para os alunos que la praticam canoagem". Referiu ainda que o "indicador de nível de poluição por concentração de matéria orgânica é o CBO (carência bioquímica de oxigénio) na barragem é o triplo da valor máximo tolerável pelo INAG. Afirmou que "estando estes dados na posse da CMA não compreende como o presidente insistentemente produziu as referidas afirmações anteriores" e perguntou se ainda mantém essa posição. Entende que passado tanto tempo e com tantos especialistas já presentes da Agência Portuguesa do Ambiente, da

Administração regional hidrográfica do Tejo, da universidade de Aveiro e outras, porque razão o Presidente ainda não diligenciou um simples documento onde conste apenas as causas, a situação, a solução e a estimativa de verbas, para servir de base objetiva ao início da tomada de ações. "Como é possível o presidente afirmar que só com recurso a verbas da União Europeia é possível resolver a situação se nem se sabe qual o valor em causa?". Deu como exemplo a câmara de Mira que está a despoluir e limpar vários quilómetros de canais, apenas por 15.000€ mais combustível gasto, sugerindo que a solução pode estar ao alcance da câmara de Alpiarça, que poderá fazer operação idêntica na barragem dos patudos, recorrendo a poupanças noutras despesas. A terminar o munícipe pediu que o presidente respondesse às questões expostas em vez de procurar ridicularizar a argumentação do munícipe como o fez na referida última assembleia municipal.-----

----- Depois o sr. Presidente deu a palavra, ao funcionário de informática João Paulo Leal, que informou que no dia que o munícipe Paulo Jorge Cortimpau, veio fazer o pagamento da 1.ª prestação da compra de uma garagem, de facto durante a manhã não houve sistema informático, mas não por falha ou avaria, mas pelo facto de ser uma interrupção já programada e do conhecimento dos serviços, para atualização de software. -----

----- O sr. Presidente começou por agradecer esta explicação do funcionário João Paulo Leal. -----

----- Relativamente à intervenção do munícipe Eduardo Costa, o sr. Presidente considerou que as considerações, questões e opiniões tecidas pelo munícipe, não foram a forma mais correta do munícipe se dirigir às pessoas, mas não quer dar lições de moral, porque todos temos intervenções mais felizes ou menos felizes, mas que o senhor munícipe está à vontade para colocar as questões que entender. Depois acrescentou que o que já tem sido dito em diversas ocasiões é que a qualidade da água da barragem dos patudos, desde 1996 até agora tem sido sempre classificada como má ou muito má, nalguns anos, e que possivelmente tenderá a piorar tendo em conta a saturação de toda aquela massa de água. Referiu que não vai entrar em discussões

técnicas, que a câmara facultou as análises, e se fez alguma intervenção na assembleia municipal, que tenha parecido menos correta ao munícipe, há que ter em conta o adiantado da hora e que não o fez com intenção de ridicularizar ninguém, penitenciando-se se foi isso o que transpareceu. Disse que aquilo que a qualquer um de nós mais nos preocupa é a imagem e o prestígio de Alpiarça, que estão a procurar soluções, o exemplo que o munícipe deu sobre Mira é uma solução a considerar, mas a câmara de Alpiarça tem procurado ajuda e soluções junto a várias entidades, dando como exemplo a Universidade de Aveiro, o Fluvial de Mora, a Escola Superior de Tecnologias do Mar de Peniche, o SEPNA da GNR, a Agência Portuguesa do Ambiente e o Instituto de Conservação da Natureza. Referiu que tem consciência que a intervenção de fundo a fazer na barragem dos patudos custará algumas dezenas de milhares de euros, que a câmara de Alpiarça não tem condições para avançar para essa solução, porque não tem verbas para isso e que inclusivamente o descarregador de profundidade está inoperacional devido à sua não utilização durante muitos anos. Finalizou dizendo que está a aguardar uma reunião com o Secretário de Estado, que também está a procurar toda a informação possível e eventualmente irá apresentar propostas de solução, que podem passar pela utilização de verbas comunitárias, se isso for possível. Quanto ao que disse citando o jornal Público, frisou só o ter feito porque foi precisamente o que a Agência Portuguesa do Ambiente também nos tinha dito e que apontavam para que as águas da barragem tinham condições balneares para a disputa de uma prova de Triatlo, mas nunca como praia fluvial, até porque nunca foi esse o objetivo de quem idealizou a barragem e mais tarde a construiu. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

----- Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo sr. Presidente, eram dezanove horas e trinta minutos, da qual, para constar e para efeitos de execução imediata das deliberações, se lavrou a presente ata, em minuta, que foi aprovada por unanimidade.-----

----- E eu, Maria do Céu Augusto, servindo de Secretária, a redigi e assino. -----